

BEVILACQUA, José

*militar; const. 1891; dep. fed. CE 1891-1896.

José Bevilacqua nasceu em Nossa Senhora da Assunção de Viçosa, atual Viçosa do Ceará (CE), no dia 18 de março de 1863, filho de João Bevilacqua e de Mariana Rabelo Bevilacqua. Seu pai era tenente da Guarda Nacional e sua mãe era professora. Posteriormente, a família foi morar em Acaraú, pequena cidade do interior da província. Estudou em um seminário religioso em Belém do Pará de 1874 a 1878. Decidido a seguir carreira militar, assentou praça em 12 de setembro de 1879 no 15º Batalhão de Infantaria, no Ceará, com destino a um dos corpos da guarnição da Corte. Chegou ao Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 14 de outubro, aos 16 anos de idade. Embora sua família fosse de posses modestas, a patente de tenente da Guarda Nacional que seu pai tinha lhe possibilitou ser reconhecido como cadete de segunda classe. Em fevereiro de 1880 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar da Praia Vermelha e em 1882 iniciou o curso superior da mesma instituição, passando a alferes-aluno no início de 1885.

A partir de então, passou a compartilhar o clima intelectual marcado pelo “cientificismo” de matiz positivista, bem como o posicionamento político antigovernista e republicano que prevalecia entre os alunos. Suas cartas aos pais (disponíveis em seu arquivo pessoal) trazem repetidas críticas ao governo. Numa delas, de 29 de abril de 1886, defendia a República como “a forma de governo em que os direitos dos cidadãos são melhor definidos, porquanto não admitindo privilégios de famílias ou de classes, as leis igualam todos os cidadãos e a única distinção é aquela que é oriunda do mérito e das virtudes individuais”. Pertenceu também à Sociedade Abolicionista que os alunos mantinham na Escola Militar.

Promovido a segundo-tenente no final de 1888, nos anos finais do Império participou ativamente da agitação republicana que, reunida em torno de Benjamin Constant, professor de matemática da Escola Militar, resultou na conspiração que sairia vitoriosa no golpe de Estado de 15 de novembro de 1889. Nesse mesmo mês, às vésperas da

proclamação da República, foi um dos signatários dos “pactos de sangue” entregues a Benjamin Constant. Após a República, teve rápida ascensão na carreira, sendo promovido a primeiro-tenente “por serviços relevantes” em janeiro de 1890 e a capitão em maio seguinte. Em 15 de setembro do mesmo ano foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte e tomou posse em 15 de novembro. Em janeiro de 1891 concluiu o curso de engenharia na Escola Militar e recebeu o grau de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais. Depois de promulgada a primeira Constituição republicana do país no dia 24 de fevereiro de 1891, assumiu, em maio seguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até dezembro de 1893. Durante os trabalhos parlamentares, propôs que fossem solenemente restituídos ao Paraguai os troféus conquistados na guerra, projeto que nunca foi levado adiante.

No dia 15 de novembro de 1891 casou-se com Alcida Botelho de Magalhães, terceira filha de Benjamin Constant, líder republicano e primeiro ministro da Guerra do novo regime.

Em 30 de novembro de 1893 foi nomeado comandante do Batalhão Patriótico de Franco-Atiradores, indo defender o governo de Floriano Peixoto na Revolução Federalista, em Lapa (PR). Em seguida retomou sua carreira política, sendo reeleito deputado federal em 1894, com mandato até dezembro de 1896.

Retornando à carreira militar, passou a servir na Diretoria Geral de Obras Militares. Em março de 1897 foi nomeado auxiliar das obras militares do estado do Amazonas, onde permaneceu até janeiro de 1899, voltando em seguida para o Rio de Janeiro. Em 1902 foi promovido a major graduado e, em 1904, a major efetivo. Em 1906 foi inaugurado o edifício da Direção Geral de Saúde, por ele projetado e construído. Em fevereiro de 1909 foi transferido para o Quadro Suplementar da Arma de Engenharia e, em julho, para a 2ª Seção da 5ª Divisão do Departamento de Guerra, onde permaneceria até 1917. Nesse ínterim foi promovido a tenente-coronel, em janeiro de 1910, e a coronel, em 1912.

Em dezembro de 1917 foi nomeado chefe da 1ª Divisão da Engenharia. Em janeiro de 1920 foi transferido para o 5º Batalhão de Engenharia, do qual se tornou comandante, e em novembro foi nomeado chefe da 2ª Divisão da Diretoria. Em maio de 1921 assumiu a

chefia de gabinete da Diretoria de Engenharia e em julho passou a chefe da 3ª Divisão da mesma Diretoria. No dia 13 de setembro de 1921 foi graduado no posto de general-de-brigada e, no dia seguinte, reformado da carreira militar.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de julho de 1930.

Seu filho Peri Constant Bevilacqua (1899-1982) também foi militar, tendo chegado a general de exército e ocupado vários cargos públicos, inclusive o de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) (1965-1969), do qual foi aposentado compulsoriamente em janeiro de 1969 por força de decreto baseado no Ato Institucional nº 5. Era também primo do jurista Clóvis Beviláqua.

Seus arquivos pessoais e de sua família foram doados ao Museu Casa de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, estando organizados e abertos à consulta.

Celso Castro

FONTES: ARQ. JOSÉ BEVILÁQUA; CASTRO, C. *Militares*; MUSEU CASA DE BENJAMIN CONSTANT.